

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO PROCESSO SELETIVO

PROJETO DE EXTENSÃO

PROJETO: Legislação Viva: Direito e Sustentabilidade para a Caatinga Jaguaribana.

PROFº. ORIENTADOR: PATRICK LIMA OLIVEIRA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA AVALIAÇÃO TEÓRICA OU TEÓRICO-PRÁTICA (1ª fase)

Constituição Federal de 1988 (especialmente o Art. 225, que garante o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado), a **Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal)**, que estabelece normas gerais sobre proteção da vegetação nativa e áreas protegidas, a **Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC)**, fundamental para a criação e gestão de áreas protegidas na Caatinga, a **Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA)**, que define os instrumentos de proteção ambiental como o licenciamento, e a **Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais)**, que estabelece sanções para danos ao meio ambiente, além de **Decretos Federais** como o nº 6.514/2008 que a regulamenta, por fim, a **Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA)**, essencial para promover a conscientização e mudança de comportamento em relação ao meio ambiente.

1. Constituição Federal de 1988

REFERÊNCIA SUGERIDA:

BRASIL. **[Constituição (1988)]**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

2. Política Nacional do Meio Ambiente

REFERÊNCIA SUGERIDA:

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 119, n. 167, p. 16562-16564, 2 set. 1981. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938compilada.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

3. Lei de Crimes Ambientais

REFERÊNCIA SUGERIDA:

BRASIL. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 136, n. 30, p. 1, 13 fev. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

4. Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC)

REFERÊNCIAS SUGERIDA:

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 138, n. 138, p. 1, 19 jul. 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

5. Novo Código Florestal

REFERÊNCIAS SUGERIDA:

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 20 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001, e o art. 16 da Lei nº 11.428, de 20 de dezembro de 2006; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 149, n. 101, p. 1, 28 maio 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

6. Infrações e Sanções Administrativas

REFERÊNCIAS SUGERIDA:

BRASIL. **Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008**. Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal

para apuração destas infrações, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 145, n. 140, p. 3, 23 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.

7. Política Nacional de Educação Ambiental

REFERÊNCIAS SUGERIDA:

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 137, n. 80, p. 1, 28 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 29 jul. 2025.